

“Cresser” com ética

Foto: arquivo pessoal Miriam Dias

A categoria dos assistentes sociais no Rio Grande do Sul e no Brasil já tem uma história a contar e a comemorar desde sua institucionalização na década de 1930, com seus processos de superação da sua inaugural característica de endogenia e tecnicismo pretensamente neutro, para uma inserção de caráter crítico propositivo e maturidade profissional, acadêmica e política no mundo do trabalho e na sociedade.

Os profissionais do Serviço Social assumiram o seu protagonismo como sujeitos coletivos participantes e construtores de um projeto societário que defende a distribuição das riquezas socialmente produzidas e os direitos de todos os brasileiros, sem exceção. Um desafio de natureza ética é fazer a defesa e a concretização do Projeto Ético-Político do Serviço Social em tempos de precarização das condições de trabalho, de focalização das políticas sociais, de predomínio dos interesses do mercado mesmo em áreas e setores de responsabilidade do Estado, o que resulta em desigualdades sociais e na banalização do humano. A possibilidade de enfrentamento deste desafio está na capacidade dos profissionais se articularem com as demais forças sociais com o mesmo horizonte de projetos, avançar na sua permanente qualificação e valorizar sua inserção no mundo do trabalho.

Desse modo, o exercício profissional se constitui como um espaço privilegiado de mediações de natureza ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, requerendo um suporte institucionalizado capaz de oferecer sustentação política e legal no enfrentamento dos dilemas cotidianos nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

O presente grupo de assistentes sociais que ora assume a gestão do CRESS/RS para o período de 2011-2014 se apresenta aos colegas gaúchos para o compromisso de conduzir de forma responsável e ética a Instituição, que tem como objetivo “disciplinar e defender o exercício da profissão” (Lei nº 8662/93 - Regulamentação da profissão). Aqui um destaque fundamental para reflexão: Para que mesmo servem os



As presidentes Miriam Guterres Dias (empossada) e Fatima Carlos Saikoski (da gestão anterior) após seus discursos na cerimônia de posse.

conselhos profissionais? Afinal, se já obtivemos uma titulação de assistente social após longo período de estudo, por que ainda precisamos nos registrar e assumir o compromisso de pagar um tributo anual?

Parece que esta questão é hoje a mais relevante, defendida por setores do movimento sindical, que traduzem os conselhos profissionais como esfera estatal de caráter cartorial, e, portanto, obsoletas em tempos de democracia e de instituições mais fortes no aparelho do Estado. Realmente, os conselhos regionais compõem a esfera estatal de caráter cartorial, mas para garantir que a sociedade tenha o trabalho profissional de forma qualificada, responsável e alinhada a uma conduta ética. Os conselhos não estão exclusivamente para defender os interesses privados dos seus profissionais, mas, também para garantir que a sociedade receba um trabalho profissional digno e competente.

O que parece estar sendo desconsiderado por parte do movimento sindical que quer encerrar as atividades dos conselhos profissionais, e o nosso CRESS está sob esta ameaça de forma bem concreta e não no campo especulativo, é que o projeto neoliberal quer há muito tempo desregular as profissões. Pois assim o mercado ficaria liberado de ter que cumprir um

conjunto de normas e regras “impostas” pelos profissionais. Nós podemos imaginar como seria no nosso caso! Em recente estudo realizado pelo IBGE sobre Informações Básicas Municipais de Assistência Social, foi detectado que as primeiras-damas controlam a assistência social em 24% das cidades brasileiras, não é no Nordeste e Norte, mas em todo o país! Podemos imaginar como seria para garantir condições dignas de trabalho do profissional para o seu exercício profissional junto aos gestores e empregadores se não fosse o intenso trabalho das agentes fiscais em interpretar e informar sobre o nosso Código de Ética e a nossa Lei de Regulamentação profissional.

Assim, as gestões que nos antecederam com tanta dedicação e maestria e nós, que agora assumimos a direção do nosso CRESS, temos muito orgulho em dizer que vamos sim trabalhar para cumprir a razão de sua existência: disciplinar e defender o exercício da profissão do assistente social, que no solo gaúcho somos em 5.631 colegas. Principalmente porque somos uma das, senão for a única profissão, que tem um Projeto Ético-Político da magnitude e do alcance social como o nosso! Vamos nos associar àquelas forças sociais no país que defendem esta instituição e buscar todas formas de garantir a nossa condição de profissional regulamentado, que tem uma norma legal para defender e uma proposta bem clara para a nossa sociedade: distribuição das riquezas socialmente produzidas para todos!

A Ética profissional será a direção da nossa atuação, cujo foco serão os colegas assistentes sociais que, no âmbito do trabalho e nas relações com os usuários, colegas profissionais das diversas áreas e organizações públicas e privadas, precisam ser valorizados e respeitados, buscando conferir à nossa profissão maior reconhecimento social. O respeito à diversidade e a pluralidade de opiniões e saberes vai fomentar e enriquecer as discussões no âmbito da fiscalização, da formação e qualificação profissional, oportunizando a maior participação dos profissionais assistentes sociais nesse espaço. O compromisso de continuar a trajetória das direções do CRESS quanto à manutenção da relação com as demais entidades representativas - ABEPSS e ENESSO -, bem como com outras entidades parceiras, visando a intensificação de estratégias para o alcance dos projetos profissionais e societários.

Defesa da Democracia, dos Direitos Humanos e das Políticas Públicas, promovendo o debate e o acompanhamento da implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, o resgate dos princípios da Reforma Sanitária no Sistema Único de Saúde - SUS, e vigilância e luta pelos direitos das crianças e adolescentes expressos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, se articulando com entidades representativas dos trabalhadores visando à defesa dos direitos de cidadania, à justiça social e à manutenção e/ou ampliação das conquistas do Serviço Social; Participação com o Conjunto CFESS/CRESS das ações políticas para cumprimento da Lei 12.317/10 que estabelece a jornada de 30 horas, sem redução de salário para todos/as assistentes sociais; no acompanhamento das iniciativas legislativas para o Piso Salarial e para a inclusão do profissional na política de educação, ensino fundamental e médio; Articulação junto às instituições de ensino e ABEPSS com vistas à qualificação da formação profissional, em sintonia com o Projeto Ético-Político, bem como a defesa das condições previstas para a efetivação da Supervisão Direta nos estágios na formação profissional; Seguimento dos esforços de convencimento do Poder Executivo-Estado e Municípios, Poder Judiciário e Ministério Público para a abertura de concurso público e nomeação nos cargos.

As estratégias para a realização dos nossos propósitos são:

- Disponibilizar o curso Ética em Movimento para um maior número de assistentes sociais, aproveitando os colegas multiplicadores no Estado;

- Consolidar apoio aos Núcleos Municipais e/ou Regionais no Estado do RS (NUCRESS), que tem sido um sinalizador do quanto os assistentes sociais debatem e refletem, pois de forma autônoma e organizada, tem contribuído para o reconhecimento e legitimidade da profissão em várias regiões do estado;

- Criação do espaço de “Conversa de Assistente Social com Assistente Social”, visando produzir orientação, esclarecimento e reflexão sobre o cotidiano do trabalho e as lutas gerais da categoria – **dia 29 de Junho, das 18:30h às 20:30h esperamos vocês para inaugurarmos mais um espaço de fortalecimento e avanço nas nossas lutas.**

Diretoria do CRESS/RS

Gestão “CRESSer Com Ética” 2011/2014